

CONDIÇÃO PERIFÉRICA: A INTERNACIONALIZAÇÃO DA SOCIOLOGIA BRASILEIRA E SEUS DESAFIOS

PERIPHERAL CONDITION: INTERNATIONALISATION OF BRAZILIAN SOCIOLOGY AND ITS CHALLENGES

*Edmar Machado Braga Filho**

Cite este artigo: FILHO, Edmar Machado Braga. Condição periférica: a internacionalização da sociologia brasileira e seus desafios. **Revista Habitus:** Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. X, n. X, p.64-78, Agosto mês. 2017. Semestral. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/habitus>>. Acesso em: Agosto mês. 2017.

Resumo: Neste artigo, analisa-se a internacionalização da sociologia brasileira nos âmbitos de produção de artigos, dos meios nos quais eles circulam e da mobilidade internacional dos sociólogos. Adotando um modelo que enfatiza a formação de centros e periferias na circulação internacional do conhecimento, o autor conclui que a produção sociológica brasileira é predominantemente nacional, tornando-a marginal frente aos grandes centros, por um lado, mas relevante, por outro, considerando os circuitos regionais de circulação. Defende-se, ao final, uma internacionalização que privilegie o intercâmbio entre comunidades científicas periféricas.

Palavras-chave: internacionalização da sociologia; circulação do conhecimento; sociologia do conhecimento, sociologia brasileira

Abstract: In this article the internationalisation of Brazilian sociology is analysed in terms of production of academic articles, the means in which they circulate and the international mobility of sociologists. By adopting a model that focus on the formation of centres and peripheries in knowledge circulation, the author concludes that the Brazilian sociological production is mostly national, what makes it marginal within the centres on the one hand, and relevant on the other, considering the regional circuits of circulation. At the end, the author defends an internationalisation that pay attention to the exchange between scientific peripheral communities.

Key Words: internationalisation of sociology; circulation of knowledge; sociology of knowledge, Brazilian sociology

O debate sobre a internacionalização das ciências sociais no Brasil vem ganhando cada vez mais destaque nos últimos anos [1]. Evidência disso é o espaço reservado para o tema nos últimos encontros de associações de classe, como o da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), por meio da realização de fóruns, mesas redondas e colóquios. Essa recorrência denota o esforço coletivo da comunidade acadêmica em pensar formas de inserção de sua produção científica no cenário internacional. Paralelamente a esses eventos, alguns autores têm se debruçado sobre o assunto de forma mais sistemática. FRY (2004) faz um balanço da internacionalização da antropologia brasileira, apontando tendências e desafios. Ainda no escopo dessa disciplina, NEIBURG (2002) reflete sobre os efeitos da articulação entre espaços nacionais e internacionais sobre a produção científica, tendo como referência a história do periódico *Mana*. Já na sociologia, DWYER (2013) faz um diagnóstico da internacionalização na disciplina, baseado em um *survey* aplicado aos membros da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) em 2009. Por fim, MARTÍN (2013) elabora uma reflexão sobre as desigualdades na circulação do conhecimento no âmbito internacional, destacando o papel da América Latina nas publicações de artigos. Além disso, a autora analisa a posição da produção nacional em relação ao panorama global, a partir de dados referentes à publicação, participação de eventos e atividades editoriais (MARTÍN, 2015).

O presente trabalho insere-se nesse contexto de reflexão, procurando compreender o *processo* de internacionalização das ciências sociais brasileiras, considerando-o não como um dado, mas como um objeto de análise. Isso significa discutir o que se considera uma ciência internacional, os seus mecanismos de realização, bem como os seus efeitos sobre o campo científico. Com isso, o objetivo deste artigo é analisar os aspectos da sociologia feita no Brasil no que diz respeito à sua internacionalização.

Para isso, tomo como ponto de partida a discussão da bibliografia sobre internacionalização da sociologia, disciplina privilegiada nesta análise. Estabelecido o enquadramento teórico, serão analisadas: 1) a publicação de artigos dos sociólogos; 2) os seus meios de circulação; 3) e a mobilidade internacional no âmbito da formação acadêmica. Os dados foram coletados de fontes secundárias, a partir de pesquisas realizadas por DWYER (2013), MARTÍN (2015), dos sites de indexadores regionais e locais (Latindex, Redalyc e Scielo) e o da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Concluindo o artigo, reflito sobre duas formas de internacionalização que se apresentam para os sociólogos de países periféricos, como também os seus desafios. Defende-se a necessidade de se pensar em formas alternativas de internacionalização, como o diálogo entre comunidades periféricas e a emergência de temas que possibilitem uma teorização tendo em vista o diálogo global.

1. Internacionalização: definição, mecanismos e efeitos

A circulação do conhecimento para além de fronteiras políticas não é um fenômeno recente. Se o restringirmos à Europa Moderna, verificaremos grande fluxo de conhecimento entre intelectuais de diferentes localidades, estabelecendo um circuito de informações transnacional denominado “República das Letras” (BURKE, 2002) [2]. Além disso, HEILBRON

(2014) salienta que a expansão dos estados nacionais europeus produziu uma mudança na estrutura institucional da ciência, bem como na forma como o conhecimento circula, verificando-se a intensificação do intercâmbio entre intelectuais de distintas nações. Dessa forma, tomando-se o termo internacional como algo que “se promove entre nações”, e internacionalizar-se como o processo de “difundir por várias nações”, segundo definição do Houaiss, pode-se com segurança dizer que o conhecimento científico está intrinsecamente relacionado à internacionalização – não apenas em sua gênese, como também em sua realização. Este fenômeno é observado, na atualidade, através do conjunto de políticas e medidas tomadas por diferentes atores, como governo, universidades, departamentos e indivíduos, de forma a dar conta de um contexto cada vez mais globalizado do ensino superior (Altbach, 2004). Além dos aspectos supracitados, por fim, a ciência pode ser tomada como uma atividade internacional na medida em que suas afirmações se pretendem universais, ao mesmo tempo em que ela é praticada virtualmente em todo o mundo (RODRIGUEZ MEDINA, 2015: 10), propiciando o intercâmbio mútuo e cada vez mais intenso entre distintos cientistas, e suas respectivas produções, diversamente posicionados.

Compreender a atual posição da sociologia brasileira no âmbito internacional exige mais do que a definição do termo e a caracterização da disciplina como propensa ao diálogo com cientistas de outras nações. Envolve, fundamentalmente, a identificação dos meios pelos quais o conhecimento flui, dos processos que os tornam possíveis, e de suas implicações não só sobre o campo nacional da disciplina, como também sobre sua projeção internacional.

Para operacionalizar essas questões, utilizarei um modelo analítico que enfatiza a formação de centros e periferias, estruturador da circulação internacional do conhecimento científico. Muitos autores têm trabalhado com essa chave (ALATAS, F. 2003; BEIGEL, 2013; CONNELL, 2012; KEIM, 2008, 2011; KREIMER, 2006; RODRIGUEZ MEDINA, 2015). Em linhas gerais, ela se baseia na análise dos mecanismos que tornam a produção e a circulação do conhecimento um processo desigual, privilegiando determinadas comunidades acadêmicas, em detrimento de outras (KEIM, 2008). Essa desigualdade, como argumenta ALATAS F. (2003) é reforçada por uma divisão internacional do trabalho acadêmico, em que alguns países formulam teorias, metodologias e conceitos, e outros oferecem sobretudo dados, reproduzindo as tendências das academias centrais na compreensão de suas realidades locais. Essas desigualdades seriam resultado de um longo processo de colonização, em que parte das estruturas coloniais continuariam operando (ALATAS F. 2003: 601) **[3]**. Verifica-se também a ocorrência de outros fatores estruturais, como aqueles relativos ao grau de autonomia do campo científico, nos termos de BOURDIEU (1983), ou seja, em contextos nos quais processos políticos e econômicos afetam mais alguns campos nacionais do que outros, como argumenta RODRIGUEZ MEDINA (2015) no caso da ciência política na Argentina. Pode-se dizer, com isso, que se tratam de fatores “externos” à comunidade científica, ou, em outros termos, de dimensões estruturais que transcendem a dimensão da ação. Neste trabalho, contudo, enfatizarei aqueles fatores, ou condicionantes, de caráter “interno”, ou seja, relativos às estratégias e atitudes adotadas pelos cientistas que, direta ou indiretamente, contribuem para a

reprodução das possíveis desigualdades anteriormente mencionadas. Enfatiza-se, dessa forma, a agência individual e coletiva dos sociólogos.

Considero, portando, o modelo de centro e periferia “uma ferramenta válida para a descrição e a compreensão do processo de produção, difusão, recepção e comunicação do conhecimento das ciências sociais a um nível internacional” (KEIM, 2008, p.22). Seguindo a conceitualização desta autora, adotarei um esquema analítico que compreende a divisão centro/periferia em três aspectos distintos. O primeiro diz respeito à infraestrutura e às condições materiais da comunidade científica, e depende sobretudo de fatores externos, concernentes à configuração econômica e política na qual ela está imersa. Em seguida, há a dimensão referente às condições de existência e reprodução das ciências sociais, caracterizando-as como autônomas ou dependentes. Por fim, o terceiro aspecto é relativo à posição e ao reconhecimento no cenário mundial, podendo a produção científica ser *marginal* ou *central*, e descreve a relação existente entre comunidades, instituições e produções acadêmicas (KEIM, 2008: 24 – 25). Para a proposta do presente artigo, darei atenção para este último aspecto, tomando como comunidades centrais aquelas cuja produção é internacionalmente visível [4], obtendo maior prestígio. Por outro lado, serão consideradas marginais aquelas que se encontram numa posição secundária, em termos de visibilidade e reconhecimento internacionais.

Complementando esse esquema, adotarei o conceito de “sistema acadêmico mundial”, tal como formulado por BEIGEL (2013), para uma melhor compreensão da condição de marginalidade em que se encontram as comunidades científicas periféricas. De acordo com a autora, esse sistema é configurado de acordo com 1) a “universalização” da bibliometria como ferramenta de avaliação e prestígio na ciência; 2) na supremacia do inglês e 3) na concentração do capital acadêmico em determinados polos. Ao mesmo tempo em que privilegia determinadas comunidades, ele também possibilita a emergência de circuitos alternativos ao *mainstream*, de escopo mais regional, com diferentes regimes de reconhecimento e efeitos sobre a circulação internacional do conhecimento (BEIGEL, 2014: 745 – 746). Para essa autora, contudo, não é possível dizer que as ciências sociais periféricas, no contexto latino-americano especificamente, sejam acometidas por um processo imperialista de “aculturação” e importação acrítica de modelos e teorias dos países centrais, e que afetaria, entre outras coisas, o processo criativo dos intelectuais [5] (BEIGEL, 2013: 169 – 70). Esse ponto de vista corrobora com KEIM (2011) e ALATAS F. (2010), autores que apontam para a existência de ricas perspectivas teóricas nas ciências sociais de países periféricos, a despeito dos constrangimentos e das desigualdades existentes.

Dado o enquadramento teórico, partamos para uma perspectiva mais comparativa. Quanto ao sistema acadêmico mundial sobre comunidades periféricas, é importante destacar o trabalho de alguns autores. HANAFI (2011) e OMOBOWALE (2014) demonstram, para o Oriente Médio e Nigéria, respectivamente, como a exigência de se publicar em revistas prestigiosas, em inglês e na maioria das vezes de academias americanas ou da Europa Ocidental, tem acarretado não só a desvinculação dos autores a problemas locais, como também o desmantelamento de sistemas regionais de publicação. RAHBARI (2015) revela o impasse pelo

qual passam as ciências sociais iranianas, alheias às transformações enfrentadas pelo país. Esse impasse se relaciona, para ela, com as escolhas teóricas e metodológicas daqueles atores do campo que possuem mais capital político e científico. Por fim, MARTÍN (2014) reflete sobre o ensino da disciplina antropologia da religião no Brasil, e como são priorizados autores europeus e americanos, marginalizando a produção local e regional, considerada apenas em sua significância empírica. Este seria, segundo a autora, um dos aspectos da dependência acadêmica, no âmbito das ideias, da disciplina em relação às comunidades centrais.

Com o exposto, argumenta-se que a posição periférica de uma comunidade científica se manifesta de diferentes formas. Primeiramente, as estratégias de consagração e prestígio, bem como as formas de avaliação da produção científica, não são só distintas, como também têm efeitos distintos para quem está situado em comunidades centrais e periféricas. Como argumenta RODRIGUEZ MEDINA e BAERT (2014), o pertencimento a um campo científico periférico faz com que o cientista se defronte com posicionamentos distintos – local e internacional –, priorizando determinados aspectos de sua carreira, como ensino, pesquisa ou pertencimento a redes internacionais. Por outro lado, MARTÍN (2015) alega que determinados cientistas, mais ligados a essas redes (sobretudo de países centrais) se adequam mais aos ditames de internacionalização, reforçando a divisão internacional do trabalho acadêmico, uma vez que a produção é sobretudo empírica, e envolve grande número de pessoas responsáveis pela coleta de dados. Por fim, destaca-se a crescente pressão por produtividade, centralizada na publicação de artigos em revistas de grande prestígio. No caso de muitos sistemas de avaliação de comunidades periféricas, revistas de renome internacional são consideradas, na verdade, revistas *nacionais* americanas e de países da Europa. Publicar nelas, dessa forma, implica se submeter aos seus critérios editoriais de relevância, metodologia e teoria (MARTÍN, 2015).

Dada a argumentação e os conceitos utilizados, analisarei a internacionalização da produção sociológica brasileira, os meios pelos quais ela circula, e a mobilidade de pesquisadores. Baseio-me nas pesquisas de DWYER (2013) e MARTÍN (2015) no que diz respeito à produção de artigos dos sociólogos que atuam no Brasil. Para os dados sobre circulação de artigos, extrai dados disponibilizados nos *sites* de indexadores regionais, a saber, Scielo, Latindex e Redalyc, além daqueles concernentes aos indexadores *mainstream*, obtidos pela pesquisa de MOSBAH-NATANSON e GINGRAS (2014). Por fim, os dados referentes à mobilidade foram extraídos do site do Portal Geocapes, vinculado à Capes.

2. Sociologia brasileira: produção, circulação e trajetórias

O primeiro aspecto a ser analisado se refere à publicação de artigos. A publicação destes em periódicos reconhecidos como prestigiosos ganhou centralidade para os órgãos de fomento no Brasil, sobretudo no âmbito da pós-graduação. É neste nível da formação científica que se concentram não só a avaliação, como também a exigência de internacionalização sobre a produção dos professores vinculados aos programas de mestrado e doutorado. Por isso, a produção de artigos é central para entendermos a circulação do conhecimento sociológico produzido no Brasil, identificando onde publicam os sociólogos e qual a sua relação com a internacionalização da disciplina.

A partir de um *survey* aplicado pela diretoria da associação na época aos membros da SBS, em 2009, DWYER (2013) delinea alguns pontos referentes à produção dos sociólogos que atuam no Brasil. Destaca-se a produção voltada para os limites nacionais, priorizando os pares e o diálogo local, com 77% dos respondentes tendo publicado em periódicos nacionais no período de 1999 a 2009. Em contrapartida, em torno de 27% publicaram em periódicos no exterior. A taxa se mantém alta para livros e capítulos de livros nacionais. Para Dwyer, esses dados podem refletir o interesse dos sociólogos em querer ser relevante para o próprio país, ou como uma fuga das possíveis dificuldades que poderiam encontrar ao publicar no exterior, como o rigor, ou a presença de “cartas marcadas”. O autor chega à conclusão, também, de que a publicação no exterior está fortemente relacionada com a formação internacional, no domínio da pós-graduação.

Ainda na esfera das publicações, MARTÍN (2015) sistematiza os dados referentes à publicação de artigos dos professores dos programas de pós-graduação em sociologia, entre os anos 2008 e 2014, e reforça a tendência apontada por Dwyer. Em sua pesquisa, foram computados 3412 artigos. Desse total, em torno de 82,1% foram publicados em periódicos nacionais, e 17,9% em internacionais (MARTÍN, 2015: 59 – 60). Destaca-se o considerável número de artigos publicados em revistas não qualificadas, ou seja, que não contam no sistema de avaliação. Isso poderia demonstrar, segundo a autora, uma deficiência no atual sistema de avaliação e qualificação, pois muitas revistas prestigiosas internacionalmente não estão incluídas, sendo possivelmente evitadas pelos sociólogos que almejam publicar internacionalmente, já que elas não “contam” na avaliação. Além disso, a autora traça outras explicações para o caráter nacional de nossa produção, atendo-se à estrutura e à cultura acadêmica do Brasil. Primeiramente, ela afirma que os professores dos programas pós-graduação em sociologia não publicam no exterior não porque sua produção seja de menor qualidade, mas porque eles enviam menos artigos para consideração para essas revistas (MARTÍN, 2015: 58). Isso pode ser explicado, segundo a autora, pelo fato de que a estrutura acadêmica brasileira é bem consolidada no âmbito da pós-graduação, com associações científicas nacionais com muitos filiados, e financiamento para a publicação de revistas e livros. Essa estruturação seria espelhada, argumenta, numa determinada cultura acadêmica, verificada nos temas de pesquisa, no estilo de escrita e nas referências em comum.

Sendo o próprio Brasil o horizonte de pesquisa, mas também de diálogo, “tradicional” e legítimo, e tendo excelentes condições (institucionais e de fomento) de realizar carreiras acadêmicas bem-sucedidas de portas para dentro, nem sempre foi considerada uma prioridade a participação internacional [...] (MARTÍN, 2015: 61).

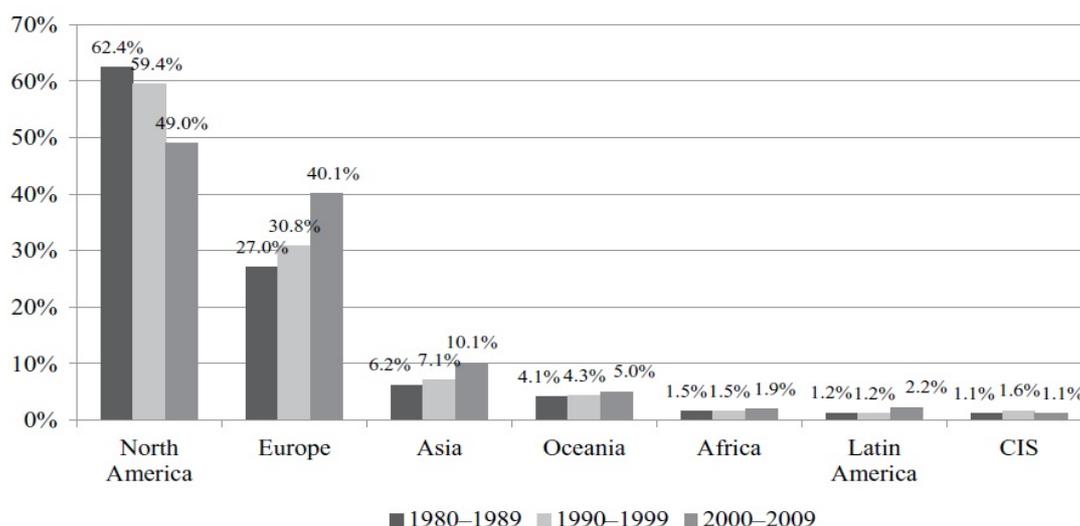
Por outro lado, como afirma Martín (2015), os artigos publicados internacionalmente são desigualmente produzidos, com alguns poucos pesquisadores concentrando o maior número de publicações. Isso pode indicar que, além de incomum, esse tipo de publicação está relacionado com diferentes redes pessoais e estratégias de consagração. Os dados não permitem dizer, contudo, quem são esses pesquisadores, e se eles concentram alguma forma de capital, científico ou político, nos termos de BOURDIEU (2003). Seguindo a distinção feita por este, o

capital científico está relacionado com a consagração da produção científica e a sua contribuição para o progresso da ciência, ao passo que o capital político, ou temporal, se relaciona com o prestígio que o cientista possuiria ao ocupar cargos institucionais, chefias de laboratório ou diretorias de associações. Dessa forma, não é possível identificar possíveis correlações entre a publicação internacional, aquisição desses capitais e a posição na estrutura do campo científico [6].

Essas observações nos levam a contrastar a situação brasileira com outras regiões periféricas (como mencionado anteriormente ser o caso do Oriente Médio e Nigéria), nas quais há uma pressão institucional para que os cientistas de seus países publiquem no exterior, conferindo-lhes não só capital científico, mas também configurando uma condição para progresso de suas carreiras. Isso sugere que o modelo analítico centro/periferia, em termos de reconhecimento, desenvolvimento e autonomia, revela-se dinâmico, e não estanque. A condição periférica de uma comunidade acadêmica deve, portanto, ser vista sempre de forma contextualizada, tendo em vista as suas especificidades, o que abre caminho para uma análise comparativa. Corolário dessa afirmação é que devemos falar de periferias (e centros) em seu aspecto plural, no sentido substantivo de suas variações internas, e não apenas quantitativo. Digno de ser reforçado é que o modelo analítico se define pela interação entre distintas comunidades, conferindo-lhe um estatuto relacional. Um centro e uma periferia não podem ser compreendidos fora das relações que estabelecem entre si.

Saber em quais periódicos – se nacionais ou internacionais – publicam os sociólogos que atuam no Brasil não nos diz muito sobre os potenciais leitores de seu trabalho, uma vez que os artigos são indexados a portais que concentram revistas de vários países. Esses indexadores servem, entre outras coisas, como mecanismos de busca da produção científica, nas esferas locais, regionais e internacionais. Como a produção sociológica brasileira, no plano dos artigos, é concentrada em periódicos nacionais, saber a quais indexadores eles estão vinculados é uma forma de detectar seus potenciais leitores. Alguns indexadores, como o *Thomson Reuters Social Science Citation Index* (SSCI), do *Web of Science* (WoS), garantem mais prestígio, por ter um maior alcance internacional, fazendo parte do que se denominou “sistema acadêmico internacional” (BEIGEL, 2013). Por meio de uma análise quantitativa deste indexador por um período de 30 anos (1980 – 2009), MOSBAH-NATANSON e GINGRAS (2014) mostram como a presença latino-americana, nas ciências sociais, é pequena, frente à América do Norte e à Europa. Juntas, essas regiões não são apenas maioria no número de publicações, como também se beneficiam de tal sistema, entre outras coisas por causa idioma hegemônico, o inglês. Observa-se a pequena quantidade de artigos provenientes da América Latina, o que sinaliza o nosso *status* marginal frente ao cenário internacional hegemônico. No ano de 2009, as duas regiões mencionadas eram origem de 89,1% das publicações. Notável é, neste mesmo ano, o baixo número de artigos de autores provenientes da América Latina, onde se inclui os sociólogos que atuam no Brasil: 2,2%.

Gráfico I: Percentual do indexador *mainstream* SSCI por regiões mundiais, em três décadas (1980, 1990 e 2000)



FONTE: Gráfico elaborado por MOSBAH-NATANSON e GINGRAS (2014: 631)

Depreende-se, dessa forma, que os periódicos nacionais circulam por outros meios, alternativos ao *mainstream*. BEIGEL (2014) chama a atenção para a existência de circuitos regionais de circulação do conhecimento. A autora defende que, “embora o conhecimento produzido na periferia tenha pouca margem para exportação (circulação) para os circuitos *mainstream*, isso não implica dizer que esse conhecimento é o resultado de uma importação massiva dos modelos centrais” (BEIGEL, 2014: 746). Exemplo desse circuito regional é aquele presente entre países da América Latina, possuindo, segundo ela, uma posição subordinada em relação aos circuitos centrais (por exemplo, o próprio SSCI), mas uma posição dominante dentro da região.

Se o número de artigos de pesquisadores vinculados a programas de pós-graduação no Brasil (incluídos na categoria “latino-americanos”) indexados no SSCI é diminuto, o mesmo não se pode dizer de nossa presença nos circuitos periféricos. Em dois indexadores regionais, é possível verificar a presença marcante de revistas brasileiras específicas da área de sociologia. No Latindex, de origem mexicana, pode-se ver que em ambos mecanismos de buscas – diretório e catálogo – as revistas brasileiras representam aproximadamente 15% e 18% do total, respectivamente, ao passo que no Redalyc, também do México, essa proporção se mantém próxima (cerca de 17,5%). Isso implicar dizer que a produção sociológica brasileira, mesmo que majoritariamente nacional, possui considerável circulação no âmbito regional, caracterizando o que DWYER (2013) chamou de “internacionalização estreita”, ou seja, aquela que ocorre entre países vizinhos, ou da mesma região. No caso do Scielo, em sua plataforma nacional, de um total de 355 revistas indexadas na área de Ciências Humanas, segundo classificação da própria base, 95 são brasileiras, contabilizando 26,76%. É natural essa concentração, uma vez que o Scielo possui bases nacionais, priorizando suas respectivas produções. Contudo, além de nele também estar indexados periódicos de outros países, reforça-se o fato de ele estar vinculado a outros portais, como o DOAJ [7], possibilitando uma maior circulação de nossa produção. Por fim, destaca-se que todos esses indexadores e portais são de acesso aberto, contrapondo-se ao modelo *mainstream* do sistema acadêmico mundial, no qual o acesso a artigos científicos é

prioritariamente pago. Isso contribui, entre outras coisas, para uma maior democratização do acesso ao conhecimento científico.

Tabela I: Número de revistas brasileiras de sociologia e respectiva participação em indexadores

Indexadores	Revistas brasileiras na área de Sociologia	% do total
Latindex (diretório)	128	15,6
Latindex (catálogo)	59	18
Redalyc (catálogo)	11	17,5

FONTE: Elaboração própria, feita a partir dos sites dos indexadores [8]

Por fim, resta-nos analisar os dados referentes à mobilidade internacional dos sociólogos. Como sugeriram DWYER (2013) e FRY (2004), a experiência de estudar no exterior está relacionada com a maior projeção internacional do cientista, por meio da criação de redes, de sua incorporação nos debates em voga, e da familiarização com o inglês. Dessa forma, analisar a trajetória dos sociólogos, nos âmbitos da formação (graduação, mestrado e doutorado) e profissional (pós-doutorado) é uma chave privilegiada para se entender a sociabilidade internacional dos sociólogos, “pois além de demarcar afinidades intelectuais, resulta muitas vezes em laços duradouros de cooperação” (FRY, 2004: 230).

A partir de informações coletadas no site do portal Geocapes, plataforma que contém dados relativos à distribuição geográfica das bolsas concedidas pela Capes, é possível verificar os países para os quais foram concedidas bolsas para pesquisadores na área de sociologia, de 1998 a 2013 [9]. Os dados dizem respeito às bolsas de graduação sanduíche, mestrado, mestrado sanduíche, doutorado, doutorado sanduíche e pós-doutorado.

Tabela II: Percentual de bolsas de estudo em Sociologia concedidas por país. Diversas modalidades. Série histórica

País/Região	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
França	38,5	47,4	56,7	61,9	55,4	44,6	37,0	37,7	41,6	34,4	33,0	39,6	35,1	28,1	30,4
EUA	25,6	18,4	13,3	11,1	21,5	18,9	16,0	22,1	10,1	11,8	8,7	9,9	7,9	9,4	12,5
Canadá	7,7	7,9	3,3	3,2	1,5	2,7	6,2	6,5	5,6	4,3	3,9	2,7	1,8	3,1	3,3
Reino Unido	15,4	13,2	6,7	4,8	6,2	6,8	4,9	3,9	5,6	4,3	5,8	8,1	9,6	8,8	8,2
Alemanha	5,1	2,6	1,7	0,0	0,0	0,0	1,3	1,3	5,6	5,4	4,9	9,9	11,4	12,5	8,2
Portugal	0,0	5,3	8,3	7,8	4,7	16,1	22,2	11,6	16,9	27,9	24,3	12,6	20,2	19,4	19,6
Outros A.L.	0,0	0,0	3,4	3,2	0,0	2,8	1,3	5,2	6,7	2,2	8,7	4,5	3,6	4,4	1,6

Outros África	0,0	0,0	0,0	1,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5
Outros Ásia	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,2	2,2
Outros Europa	7,7	5,2	6,6	6,4	10,7	8,1	9,8	10,4	7,9	9,7	10,7	12,7	10,4	13,1	13,5
Oceania	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,3	1,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Elaboração própria, feita a partir dos dados disponibilizados do site do Portal Geocapes

Observa-se que o número de bolsas aumentou com o passar dos anos, o que evidencia a valorização do investimento público para a área de ciência e tecnologia. Confirma-se também que América do Norte, especificamente os EUA, e Europa (notadamente França, Portugal, Alemanha e Reino Unido) constituem o principal destino. Com exceção de Portugal, esses países possuem um longo histórico de institucionalização das ciências sociais, sendo suas comunidades acadêmicas mais desenvolvidas, centrais e autônomas, nos termos de KEIM (2008), atraindo maior número de pesquisadores de regiões periféricas. Além disso, esse padrão está em consonância com a existência dos centros das ciências sociais, na categorização de ALATAS F. (2003). No caso de Portugal, FRY (2004) argumenta que houve, nos últimos anos, um acréscimo no interesse em estudar a significação da “cultura portuguesa” (no caso da antropologia), e suas relações com o Brasil, além do fácil acesso linguístico à União Europeia. Os números relativos a esse país são bem expressivos, e merecem mais atenção em futuras pesquisas. O aumento do número de bolsas para outros países da Europa, além de Portugal, como também de países da América Latina, ainda que apresentando um crescimento mais instável, elucida a importância do investimento público para o estabelecimento de redes entre comunidades periféricas e semiperiféricas.

A concentração da mobilidade internacional em alguns poucos países sugere sua influência sobre o desenvolvimento e estruturação das ciências sociais dos campos científicos periféricos, uma vez que o aprendizado, nos âmbitos teórico, metodológico e epistemológico, é aplicado nas atividades profissionais dos sociólogos, como ensino e pesquisa. Sobre esse aspecto, RODRIGUEZ MEDINA (2013, 2014) argumenta que o processo de circulação do conhecimento, via formação no exterior, é marcado pelo papel desempenhado pelos “objetos subordinantes”. Esses objetos – programas de cursos, livros, artigos, discursos de conferências – seriam a forma materializada do conhecimento que é fruto do intercâmbio entre, de um lado, um campo científico menos institucionalizado (periférico), e um mais institucionalizado (central) de outro. Eles teriam, segundo o autor, a capacidade de estruturar agendas de pesquisa, conferências, cânones e até programas de mobilidade, subordinando um campo científico a outro no âmbito internacional.

Analisando os três aspectos da internacionalização da sociologia brasileira, é possível extrair algumas conclusões. O primeiro diz respeito à publicação de artigos, se em periódicos nacionais ou internacionais. Conforme demonstraram os trabalhos de DWYER (2013) e

MARTÍN (2015), os sociólogos que atuam no Brasil, sejam eles os associados da SBS, ou professores dos programas de pós-graduação, têm o próprio país como horizonte de publicação, e ocorre por causa da estrutura e da cultura acadêmicas que permeiam o campo sociológico brasileiro (MARTÍN, 2015). Esse aspecto difere de outros contextos periféricos, onde a publicação internacional é mais valorizada, acarretando em efeitos diversos sobre a produção e circulação local do conhecimento, como exemplifica os casos no Irã (RAHBARI, 2015), Nigéria (OMOBOWALE, 2014) e Oriente Médio como um todo (HANAFI, 2011). Contudo, é importante apontar para o fato de que os dados mobilizados sobre publicação não possibilitam afirmar se, mesmo com um perfil mais endógeno, os sociólogos que atuam no Brasil se leem e se referenciam. Esse possível paradoxo é sugerido como um aspecto do fenômeno da dependência acadêmica no âmbito das ideias, elucidado por Martín (2014) em seu estudo sobre o ensino de antropologia da religião nos programas de pós-graduação do país, e merece ser tratado de forma mais empírica para chegar a uma conclusão mais abrangente.

O segundo aspecto analisado, complementando as publicações de artigos, refere-se à circulação dos periódicos em que são publicados a maioria dos artigos dos sociólogos em questão. Como ficou evidenciado, as revistas nacionais possuem circulação ínfima nos circuitos hegemônicos de circulação do conhecimento. Em outros termos, a produção sociológica brasileira possui um caráter marginal na paisagem internacional, o que corrobora para a sua condição de periferia no que se refere ao reconhecimento e prestígio (KEIM, 2008). Por outro lado, possui um papel de relevância nos circuitos regionais de circulação do conhecimento (BEIGEL, 2013), ou numa internacionalização que priorize o diálogo regional, de forma “estreita” (DWYER, 2013). Isso indicaria a existência de alternativas à internacionalização que tem como fim a circulação entre os países centrais.

O terceiro aspecto reforça o modelo centro e periferia na circulação do conhecimento não apenas via artigos e periódicos, mas também através da mobilidade de cientistas, com possíveis efeitos sobre a produção acadêmica nacional. Isso sugere que há uma estrutura de dependência acadêmica, marcada por uma divisão internacional do trabalho acadêmico (ALATAS F. 2003), em que o desenvolvimento de algumas comunidades científicas dependeria, de alguma forma, do desenvolvimento de outras, centrais. Todavia, a mobilidade oferece apenas um indicativo desse fenômeno, o que precisaria de maiores dados para sua confirmação. Por fim, dada a centralidade da mobilidade para o aprendizado do idioma estrangeiro, da formação e estabelecimento de redes de cooperação, o corte dos gastos públicos observado recentemente em ciência e tecnologia reforça o aspecto estruturante da dependência acadêmica, pois é justamente esse investimento que possibilitou, conforme traduzem os dados, uma maior circulação de pesquisadores em países (e comunidades) que não constituem os tradicionais centros de atração.

Concluindo: a internacionalização e seus desafios

Diante do exposto nas seções anteriores, os desafios em relação à internacionalização parecem muito maiores, tendo em vista a condição de marginalidade da produção sociológica brasileira e um quadro de divisão internacional do trabalho acadêmico. DWYER (2013)

enumera alguns empecilhos para a internacionalização: a falta de domínio da língua inglesa, as diferenças entre os padrões de produção científica de países centrais e periféricos, a falta de uma “ousadia” por parte de nossos sociólogos e a burocratização da vida universitária do país. Esses desafios, contudo, só fazem sentido posicionando a produção brasileira em relação aos constrangimentos que o sistema acadêmico mundial, mencionado anteriormente, impõe às periferias.

A condição de sociologia periférica, dessa forma, possibilita duas formas, não necessariamente excludentes, mas complementares, de internacionalização. Cada uma com diferentes efeitos e prestígio. De um lado, publicar sobretudo em inglês e em revistas internacionais prestigiadas, adequando-se aos ditames do sistema acadêmico internacional, obtendo um maior reconhecimento internacional (em seu sentido “amplo”). Algumas tentativas desse empreendimento são a criação de revistas brasileiras publicadas em inglês, como a revista *Vibrant*, na área de antropologia, a *Brazilian Political Science Review*, de ciência política, e a *Sociologies in Dialogue*, de sociologia. Todas elas frutos das associações nacionais das respectivas disciplinas. A outra forma de internacionalização, mais estreita, priorizaria o diálogo e a circulação de conhecimento entre comunidades científicas regionais, no caso da América Latina, ou aquelas que compartilham também uma posição periférica, como as posicionadas na África e Ásia. As duas formas de internacionalização implicam diferentes escolhas e consequências, e envolvem distintas dimensões estruturais, como também a possibilidade de ação de atores heterogêneos.

No que diz respeito a essa distinção analítica entre ação e estrutura, é possível estabelecer duas dimensões – que tensionam entre si – que permeiam a internacionalização: aquela que não depende da comunidade acadêmica, como a questão do idioma, políticas científicas de financiamento e suas prioridades, e situação econômica e política de um país; e aquelas questões que dizem respeito à prática da profissão, como a publicação de artigos, criação de programas de curso, convites de conferências em eventos científicos, busca bibliográfica (a escolha de com quais referenciais se pretende dialogar) e a participação de redes de colaboração científica e cooperação internacional. REIS (2014), por exemplo, argumenta que mais importante que uma política de tradução de artigos, é a participação de cientistas em grandes projetos de pesquisa, que lhes possibilita um diálogo maior com a comunidade científica internacional. Todavia, como têm mostrado os autores mencionados anteriormente, é importante levar em consideração as desigualdades presentes e os seus mecanismos de reprodução, para que nesse processo não reproduzamos a divisão internacional do trabalho científico, cabendo às comunidades periféricas a captação de dados e a utilização de conceitos, agendas de pesquisa e teorias formuladas pelos países centrais.

Uma das consequências mais danosas do referido sistema acadêmico mundial é que desconhecemos a produção sociológica de outros contextos periféricos, comprometendo assim a qualidade da própria imaginação sociológica, cujos cânones concentram-se nos grandes centros, notadamente nos países da Europa Ocidental e nos EUA (CONNELL, 2011). Nesse aspecto, é importante pensar em formas de tornar a circulação do conhecimento mais equânime. Além do conhecimento e da crítica dessa desigualdade, CONNELL (2011) também sugere, seguindo

KEIM (2011), o estabelecimento de problemas sociológicos calcados em questões que dizem respeito a suas sociedades (periféricas), mas que também sejam passíveis de teorização no âmbito global, considerando diferentes contextos sociais.

Como exemplo, a autora cita os estudos feministas e de gênero, que proporcionariam diferentes teorizações, dependendo de onde são formuladas. Eu complementaria, dizendo que tão importante quanto o enquadramento teórico, é a criação de canais de diálogo. Esse parece ser o maior desafio da internacionalização atualmente, uma vez que privilegia formas menos desiguais de produção e circulação do conhecimento científico. Ao mesmo tempo, lembremos que são os próprios cientistas que ocupam cargos de relevância dentro do campo científico, como associações de classe, órgãos de avaliação, ou instituições com algum grau de autonomia nas tomadas de decisões relativas a financiamento e formação de redes, como núcleos, departamentos e programas de pós-graduação, por exemplo. Como argumenta SINHA (2003), em suas atividades cotidianas de ensino, pesquisa e ocupação de cargos burocráticos, os cientistas sociais podem exercer um papel de “descentralizar” as ciências sociais, possibilitando caminhos alternativos aos hegemônicos, abrindo espaço para novos horizontes teóricos, não eurocêntrico e menos desiguais. Esse aspecto denota que, a despeito dos aspectos estruturais, há uma dimensão da agência que se manifesta no componente prático da profissão. 🌀

NOTAS

* A época, estudante do 8º período do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS-UFRJ). E-mail: edmarmb_filho@hotmail.com

[1] Gostaria de agradecer as valiosas observações feitas pelo(a) parecerista anônimo(a). Elas me propiciaram pensar o fenômeno da internacionalização de forma mais complexa, instigando-me novas ideias para a pesquisa, agora na condição de mestrando.

[2] BURKE (2002) chama a atenção para a existência de comunidades transnacionais de estudiosos, como a referida República das Letras, que se mantinha pelo intercâmbio entre participantes de diferentes países. Além disso, o autor também destaca a formação de centros do conhecimento, como Londres e Paris, onde era grande o número de espaços dedicados à troca de informações e conhecimento, como cafés e bibliotecas.

[3] Importante frisar que F. Alatas toma como referência o contexto do sudeste asiático.

[4] De forma geral, a literatura mencionada caracteriza como comunidades científicas centrais aquelas pertencentes aos EUA e Europa Ocidental (França, Reino Unido e, para alguns, Alemanha), e como periféricas aquelas dos chamados países em desenvolvimento, outrora “Terceiro Mundo”. Para uma melhor tipificação e discussão sobre, ver ALATAS, F. (2003)

[5] Essa visão pode ser encontrada, por exemplo, em ALATAS, H. (2000), que lança mão do conceito de “mente cativa” para caracterizar a condição intelectual nos países que outrora foram colonizados. Contudo, deve-se contextualizar o argumento deste autor para o contexto pós-colonial do sudeste asiático, com suas especificidades históricas e políticas.

[6] O que, evidentemente, está sendo um de meus objetivos na pesquisa de mestrado.

[7] *Directory of Open Access Journals* (DOAJ) é um indexador de periódicos de acesso aberto que congrega a produção de um amplo número de países, tendo um impacto internacional sobre a circulação do conhecimento maior que os circuitos regionais.

[8] Salienta-se que a categoria “Diretório” é mais geral, abarcando mais periódicos, enquanto que a categoria “Catálogo” é mais prestigiosa, na medida em que concentra de forma mais precisa periódicos em circulação.

[9] Com exceção de 2000, cujos dados não estão disponíveis no site da Geocapes.

BIBLIOGRAFIA

ALATAS, F. Academic dependency and the global division of labour in the social sciences. **Current Sociology**, v. 51, n.6, p. 599 – 613, 2003.

_____. A definição e os tipos de discursos alternativos. **Estudos Históricos**, v. 23, n. 46, p. 225 – 245, 2010.

ALATAS, H. Intellectual imperialism: definitions, traits, and problems. **Southeast Asian Journal of Social Science**, v. 28, n. 1, p. 23 – 45, 2000.

ALTBACH, P. Globalisation and the university: myths and realities in an unequal world. **Tertiary Education and Management**, vol 1, p 3 – 25, 2004.

BEIGEL, F. Centros e periferias na circulação internacional do conhecimento. **Nueva Sociedad**, p 168 – 180, 2013.

_____. Publishing from the periphery: structural heterogeneity and segmented circuits. The evaluation of scientific publications for tenure in Argentina's CONICET. **Current Sociology**, v. 62, n. 5, p 743 – 765, 2014.

BOURDIEU, P. O campo científico. In ORTIZ, R. (Org) **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Editora Ática, 1983.

_____. **Os usos sociais da ciência**. Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento**. De Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CONNELL, R. Sociology for the whole world. **International Sociology**, v. 26, n. 3, p. 288 – 291, 2011.

_____. A iminente revolução na teoria social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 80, p. 9 – 20, 2012.

DWYER, T. Reflexões sobre a internacionalização da sociologia brasileira. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 01, n. 01, p. 57 – 87, 2013.

FRY, P. Internacionalização da disciplina. In TRAJANO FILHO, W. e RIBEIRO, G. (Org). **O campo da antropologia no Brasil**. Rio de Janeiro: ABA, Contracapa, 2004.

HANAFI, S. University systems in the Arab East: Publish globally and perish locally vs publish locally and perish globally. **Current Sociology**, v. 59, n. 03, p. 291 – 309, 2011.

HEIBRON, J. The social sciences as an emerging global field. **Current Sociology**, v. 62, n. 05, p. 685 – 703, 2014.

KEIM, W. Social sciences internationally: the problem of marginalisation and its consequences for the discipline of sociology. **African Sociological Review**, v. 12, n. 02, p. 22 – 48, 2008.

_____. Counterhegemonic currents and internationalization of sociology. Theoretical reflections and an empirical example. **International Sociology**, v. 26, n. 01, p. 123 – 145, 2011.

KREIMER, P. ¿Dependientes o integrados? La ciencia latino-americana y la nueva división internacional del trabajo. **Nómadas**, n. 24, p. 199 – 212, 2006.

MARTÍN, E. (Re)producción de desigualdades y (re)producción de conocimiento. **Working Paper Series**, n. 59, 2013.

_____. El karma de vivir al Sur. Interlocuciones y dependencia académica em las ciencias sociales de la América Latina. In SUAREZ, H. e PIRKER, C. **Sociólogos y su sociología**. Experiencias em el ejercicio del oficio em México. DF: Ed. México, p. 47 – 67, 2014.

_____. Publicação acadêmica internacional e o lugar do Brasil na sociologia global. In: COSTA PINHEIRO, C, BUARQUE DE HOLANDA, B e MAIA, J. (Org.). **Ateliê do Pensamento Social**. Práticas e Textualidades. Pensando a pesquisa e a publicação em ciências sociais. 1ed.Rio de Janeiro: FGV, p. 47-70, 2015.

MOSBAH – NATANSON, S e GINGRAS, Y. The globalization of social sciences? Evidence from a quantitative analysis of 30 years of production, collaboration and citations in the social sciences (1980 – 2009). **Current Sociology**, v. 62, n. 05, p. 626 – 646, 2014.

NEIBURG, F. Espaços nacionais e circulação internacional de ideias. **Mana**, v. 08, n. 01, p. 165 – 179, 2002.

OMOBOWALE, A. La dependencia y las publicaciones académicas de los científicos sociales de una selección de universidades de Nigeria. In BEIGEL, F e SABEA, H. **Dependencia académica y profesionalización en el Sur**. Perspectivas desde la periferia. Mendoza: EDIUNC e Sephis, p. 141 – 150, 2014.

RHABARI, L. Peripheral position in social theory. Limitations of social research and dissertation writing in Iran. **Civitas**, v. 15, n. 01, p. 155 – 165, 2015.

REIS, E. Entrevista ao site Circuito Acadêmico. Disponível em <http://circuitoacademico.com.br/2014/05/27entrevista-com-a-professora-elisa-reis/> Acesso em 03 abril 2016.

RODRIGUEZ MEDINA, L. Objetos subordinantes: la tecnología epistémica para producir centros y periferias. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 75, n. 01, p. 7 – 28, 2013.

_____. Construyendo periferia: um microanálisis de objetos subordinantes como tecnologías epistémicas. **Sociológica**, n. 83, p. 9 – 46, 2014.

_____. **Centers and peripheries in knowledge production**. New York: Routledge, 2015.

RODRIGUEZ MEDINA e BAERT, P. Local chairs vs International Networks: the Beginning of the Scholarly Career in a Peripheral Academic Field. **International Journal of Politics, Culture, and Society**, v. 27, n. 01, p. 93 – 114, 2014.

SINHA, V. Decentring social sciences in practice through individual acts and choices. **Current Sociology**, v. 51, n. 01, p. 7 – 26, 2003.

Recebido em 18/04/2016

Aprovado em 28/06/2017